





44 **1. Abertura;**

45 **2. Comunicação;**

46 **3. Votação:**

47 **3.1. Ata: 2936 (31/05) e 2937 (07/06);**

48 **4. Ordem do dia.**

49 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min.

50 **1. ABERTURA;**

51 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
52 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h09min,  
53 temos *quorum*. Então, oficialmente, aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho  
54 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Uma excelente noite de trabalho para  
55 todos nós, desejando. Eu tenho aqui, vou, rapidamente, fazer a leitura dos presentes e,  
56 por favor, se não chamar alguém, faça a indicação no chat. [Relação dos presentes na  
57 inicial]. São esses os presentes, se faltou algum, por favor, faça a indicação no chat.  
58 Consulto se temos conselheiros inscritos para os períodos de Comunicação. Temos  
59 também já a inscrição externa para falas aqui no período de Comunicação, mas, antes de  
60 oportunizar as falas, consulto se temos mais algum conselheiro que gostaria de fazer uso  
61 da palavra pelo período de três minutos na Comunicação. Lembrando que são falas livres  
62 no período de Comunicação para os conselheiros comunicarem o que entenderem  
63 adequado neste espaço. Conselheiro Felisberto, Conselheira Fernanda e a Conselheira  
64 Maristela. Isso? Conselheiro Jackson também. Depois a Conselheira Vaneska também  
65 inscrita. Perfeito! A Conselheira Fernanda não, era só para avisar que está presente.  
66 Perfeito, então, Conselheiros. Eu vou oportunizar a fala da Michelle, lá da Região Oito,  
67 depois o Paulo Renato, da AGAPAN, inscritos no período de Comunicação. Cinco minutos,  
68 Michelle, e no quarto minuto eu aviso que falta um para concluir. Boa noite!

69 **2. COMUNICAÇÃO;**

70 **Michelle Rihan Rodrigues, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa  
71 noite, Secretário. Bom, peço este espaço para referir aqui no CMDUA um ato que ocorreu  
72 no domingo, em diversas entidades, movimentos da sociedade civil, clamando por justiça,  
73 né, em razão do assassinato brutal do indigenista Bruno e do jornalista Dom na Amazônia.  
74 E impossível deixar de referir que as pessoas que lá estavam também estão muito  
75 preocupadas com a situação em Porto Alegre, né. Nós temos assistido na cidade, na  
76 capital gaúcha o que é um absoluto abandono da proteção ambiental, do trabalho de  
77 cuidado com a vida nas suas mais diversas formas, tanto nas questões da flora como da  
78 fauna. Hoje mesmo aqui na Região Extremo Sul [Inaudível/interferência no áudio]... felino,  
79 não sei especificar a espécie, mas talvez um Gato Maracajá ou algo parecido, que morreu  
80 atropelado lá nas proximidades da Reserva Biológica do Lami e isso causa bastante  
81 preocupação, né, Secretário, porque nós não identificamos nenhuma ação da Secretaria  
82 do Meio Ambiente, no sentido de sinalizar as vias próximas da Reserva Biológica do Lami  
83 ou da Reserva do Morro São Pedro. Aqui no Bairro Belém Novo não existem travessias  
84 para animais silvestres, nós já tivemos aqui casos de animais, Bugio, mais  
85 especificamente, morreu eletrocutado. Então, a gente vê uma ausência do Estado na  
86 proteção da vida, na proteção do ambiente natural, que, por outro lado, a gente vê a  
87 Secretaria do Meio Ambiente hoje em dia com um balcão para liberação de



88 empreendimentos num espaço meramente administrativo, onde aqueles que têm interesse  
89 de empreender e construir buscam as suas autorizações e aí a Secretaria atende as  
90 demandas privadas, né. E dentro dessa lógica, né, eu trago algumas questões aqui para o  
91 Secretário, que dizem respeito ao empreendimento da Fazenda do Arado Velho. Existiu  
92 uma investigação criminal com relação ao Estudo de Impacto Ambiental elaborado na  
93 época pelo empreendedor para solicitar as autorizações necessárias para urbanizar a  
94 Fazenda do Arado. Os dados que eu obtive é que a investigação criminal tinha o número  
95 199/2018/700705A da Delegacia do Meio Ambiente. Uma das questões que eu gostaria de  
96 saber é se a Secretaria tem conhecimento do desenrolar dessa investigação, se  
97 porventura essa investigação foi concluída. Em segundo lugar, eu gostaria de pontuar que  
98 a empresa contratada pela Prefeitura de Porto Alegre, recentemente, no final do ano  
99 passado, para mapear as áreas de preservação permanente da capital e para mapear os  
100 remanescentes de Mata Atlântica de Porto Alegre, é a mesma empresa responsável pelo  
101 Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda do Arado sob investigação, Empresa Profil.  
102 Gostaria de saber, então, além do fato de se a Secretaria tem ciência da conclusão desse  
103 inquérito e quais foram essas conclusões, se a Prefeitura tem ciência que contratou uma  
104 empresa que foi responsável por elaborar um Estudo de Impacto Ambiental investigado.  
105 Causa assim, um espanto [Inaudível/interferência no áudio]... cidadania, né, ver que o  
106 poder público está contratando uma empresa... [Inaudível/interferência no áudio], áreas de  
107 preservação permanente, áreas de Mata Atlântica em Porto Alegre e que coloca essa  
108 responsabilidade em uma empresa investigada pela polícia, né. [Inaudível/interferência no  
109 áudio]. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
110 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, Michelle. Obrigado pela tua contribuição. Falhou  
111 um pouquinho aqui no final, mas sim, compreendemos e acho que já foi em inúmeras  
112 oportunidades esclarecidos os pontos. A contratação do mapeamento de APP e Mata  
113 Atlântica segue estritamente o devido processo legal, né, básico princípio exigido a todos  
114 os processos de contratação da administração pública. Então, a empresa que participou  
115 desse processo licitatório foi devidamente habilitada pelos órgãos competentes, está  
116 regular, né. Ela pode, naturalmente, participa do processo licitatório e se vier a vencer vai  
117 contratar com a administração pública e isso é apurado pelos órgãos de controle, pelo  
118 Tribunal de Contas, né, como de praxe em toda e qualquer contratação que é feita pela  
119 administração pública. Há um processo licitatório, né, e é oportunizada a todas as  
120 empresas regulares participarem. Com relação ao assunto Arado, a gente sim tomou  
121 conhecimento, em função até de noticiado em jornais, né, em veículos de comunicação, do  
122 inquérito em curso. Não tomamos conhecimento, não nos é, naturalmente, comunicado  
123 sobre a conclusão desse inquérito ou qualquer encaminhamento judicial, via Ministério  
124 Público. A gente não tomou nenhum conhecimento. O Município sempre defendeu,  
125 esclareceu todos aqueles pontos, especialmente esse que foi noticiado na imprensa com  
126 relação a alguma irregularidade que se teria dentro desse processo. Ficou muito  
127 esclarecido pelo nosso corpo técnico, muito competente, de que aquele retrato daquele  
128 momento que se trouxe de que a documentação informada ou de que as informações ali  
129 colocadas no processo não estavam precisas. Aquilo foi atualizado e depois, ao longo  
130 desses estudos foram devidamente corrigidos e que isso é um processo natural de troca,  
131 né, entre poder público e a empresa contratada, naquele caso, contratada para fazer o  
132 estudo de impacto ambiental, que aqueles equívocos, inclusive, foram apontados pelo  
133 próprio poder público e depois foram corrigidos no curso do Estudo de Impacto Ambiental.  
134 Isso foi levado aí para os questionamentos que nos foram feitos e devidamente  
135 esclarecidos. Imagino que se não tivemos nenhuma posição, nenhuma condenação,



136 nenhuma orientação judicial em contrário, né, regular está todo o procedimento, até que se  
137 tenha alguma decisão judicial que nos posicione de forma diferente. Avançando, então,  
138 temos a manifestação do Paulo Renato, da AGAPAN. Boa noite, Paulo. Seja bem-vindo.  
139 Nosso Conselheiro lá no Conselho municipal do Meio Ambiente. Né, Paulo? **Paulo Renato**  
140 **Menezes, AGAPAN:** Boa noite. Fui conselheiro até o começo do ano, né. Sou Secretário-  
141 Geral da AGAPAN, fui Conselheiro lá o COMAM, né. E o nosso CMDUA também tem sua  
142 ponta ambiental, então, vim também trazer uma notícia do nosso ato, conforme a Michelle  
143 também já colocou do último domingo, ao lado do Gasômetro, vários movimentos sociais,  
144 ambientalistas. Fizemos uma bela manifestação lembrando, né, o assassinato dos  
145 ambientalistas, do ambientalista, do indigenista Bruno Pereira, né, e o Jornalista Dom  
146 Phillips. E também lembrando de vários outros ambientalistas que têm tombado na  
147 Amazônia, indígenas, né. E ali estávamos, Greenpeace, Movimento Preserva Zona Sul,  
148 Reserva do Belém Novo, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Ecologia,  
149 AGAPAN, Instrumento Gaúcho de Estudos Ambientais, Associação de Mães e Pais pela  
150 Democracia e centenas de pessoas que lá acorreram também. Nós estávamos na orla ali,  
151 muitas pessoas passando também e se aproximando, um ato muito emocionante, ao  
152 mesmo tempo muita indignação, né, que vem de dentro de todos nós no momento que a  
153 gente está passando de destruição do nosso país, né. Aquele assassinato não foi por  
154 acaso, né, fruto do pior governo, pelo menos no aspecto ambiental, mas no aspecto geral  
155 da história deste país, que desmontou os órgãos ambientais, destruiu o Conselho Nacional  
156 de Meio Ambiente, cortou orçamento, nomeou ministros, gestores inatos ou mesmo  
157 criminosos, né, passando boiadas, como eles disseram no Congresso, fragilizando a  
158 legislação de proteção ambiental, né. Vemos o maior desmatamento da história da  
159 Amazônia, né. Temos um governo aí que incentiva o crime, o garimpo ilegal, o corte ilegal,  
160 o desmatamento, os invasores do território indígena, né. E essa fragilização parece que  
161 fez escola nos estados e municípios, também como a gente viu aqui no Estado, né, esse  
162 governador que renunciou, que quer voltar, não sei, desmontou o nosso Código Ambiental,  
163 que se quer as sugestões do Ministério Público foram acatadas. Liberou agrotóxicos  
164 proibidos nos países de origem, inventou o tal de autolicenciamento, que a Prefeitura copiou  
165 e que está sendo questionado lá no Supremo, inclusive, com parecer do próprio  
166 Procurador-Geral do Estado contra esse tipo de autolicenciamento, né. E a gente aqui em  
167 Porto Alegre vê essa pressão nunca tão grande da construção civil, né, da especulação  
168 imobiliária para grandes empreendimentos, inclusive, na orla, como querem fazer ai ao  
169 lado do Beira Rio, torres. E o nosso tesouro de diversidade, a Fazenda do Arado Velho lá,  
170 que a gente quer preservar, quer fazer uma unidade de conservação. E a gente vê do  
171 próprio órgão ambiental um esforço para liberar empreendimentos ao invés de proteger o  
172 meio ambiente, né. Temos aí o Viveiro, até hoje não está funcionando e vem se arrastando  
173 isso há quantos anos, uma ação civil, inclusive, colocou como réu por improbidade o  
174 Secretário de Meio Ambiente anterior. As unidades de conservação, que o próprio  
175 Conselho Municipal de Meio Ambiente liberou recurso do Fundo para cercar e para  
176 construir sede, até hoje não foi feito nada, né. Tudo que a Prefeitura aponta... [Sinalização  
177 de tempo restante de um minto]. Então, concluindo, é construção civil, é fazer prédio.  
178 Agora para o Dilúvio também já veio uma ideia, vão fazer paredões, muralhas de concreto,  
179 como fizeram lá na Ponta do Estaleiro, né, que virou aquela coisa horrorosa, passando o  
180 Museu Iberê Camargo, e se não fosse o movimento ecológico estaria toda a orla assim,  
181 né, que a gente há muitos anos vem lutando, né. E aí o fatiamento do Plano Diretor, né,  
182 primeiro o Centro, depois o 4º Distrito, né. Perdemos a visão de planejamento da cidade.  
183 Então, a gente vive tempos de muito ataque ao meio ambiente, a cultura, as universidades,



184 intolerância política e perseguição, né. Então, o esforço de todos os ambientalistas, de  
185 todas as pessoas democratas e que acreditam no Brasil é impedir a reeleição deste  
186 governo fascista, né, e seus aliados nos estados aí. [Sinalização de tempo esgotado].  
187 Aliados explícitos, aliados disfarçados, que até outro dia estavam abraçados com ele. É  
188 hora de mudar para salvar o nosso meio ambiente. Essa é a mensagem que a AGAPAN  
189 deixa para os nossos conselheiros. Muito obrigado! **Germano Bremm, Secretário**  
190 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,  
191 Paulo Renato, pela manifestação. Naturalmente, é importante ressaltar, este é um espaço  
192 democrático, de falas das mais diversas. A gente tem que respeitar os posicionamentos,  
193 mas é importante a gente destacar, especialmente, no ponto que nos toca a política  
194 ambiental do Município, né, e reforçar o nosso trabalho, no sentido de qualificar o  
195 ambiente natural da Cidade de Porto Alegre. Especialmente, uma obra muito significativa,  
196 noticiada nos jornais ainda esta semana, da recuperação do Viveiro, que há muitos anos  
197 vinha se depreciando por inúmeras gestões. Então, estamos com uma obra com valor  
198 muito significativo em curso, com um contrato planejado de ocupação e aproveitamento do  
199 Viveiro, né, para proteger todas as nossas mudas nativas da Cidade de Porto Alegre.  
200 Então, é um trabalho muito significativo do time da Secretaria, da Arborização, que tem se  
201 dedicado para fazer isso acontecer. Assim como tantas outras ações, né, recentemente,  
202 fizemos o Inventário de Gases de Efeito Estufa, estamos trabalhando agora na contratação  
203 do nosso Plano de Ação Climática, né, para a gente, enfim, começar esse nosso  
204 planejamento para zerar as emissões até 2050. E em paralelo a esse planejamento  
205 também já diversas ações, no sentido de qualificar as áreas verdes da Cidade como  
206 terrários urbanos, rooftops sustentáveis, a retirada da obrigação das vagas de  
207 estacionamento, uma política para uma cidade para as pessoas. Enfim, existem diversas  
208 ações menores já executadas, em curso, e outras maiores, planejadas, o compromisso do  
209 Prefeito em Glasgow assumido em reduzir e zerar as emissões até 2050. De fato, são  
210 ações muito significativas e que nos diferenciam de diversas cidades brasileiras que estão  
211 em patamares não tão elevados nessa estratégia de uma cidade mais sustentável e para  
212 as pessoas. Na sequência o Conselheiro Felisberto. Só tem uma fala, em complementação  
213 à fala, de um minuto, que é permitido pelo nosso regimento. Conselheiro Felisberto e  
214 depois passamos ao nosso período de Comunicação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**  
215 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, quero dar boa noite a todos  
216 e todas. Saudar a Michelle e o Paulo Renato, guerreiros, bravos lutadores em defesa do  
217 meio ambiente desta Cidade, né. É lamentável que Porto Alegre não preserve a sua flora e  
218 fauna, né. E esse descaso vem desde o desmanche do Viveiro, do orquidário da  
219 Redenção, não é? E no lugar do orquidário colocaram uma praça de alimentação. Essa é a  
220 visão de ambiente que Porto Alegre tem, no lugar do orquidário coloca-se uma praça de  
221 alimentação, essa é a importância, né. Quanto à sinalização das áreas de proteção, isso é  
222 uma obrigação e o dever da Secretaria. A preocupação com o nosso meio ambiente é  
223 fundamental para a qualidade de vida, né, porque nós possamos passar para a geração  
224 futura. É saudável, é louvável o estudo das emissões de gases-estufa, não há nenhum  
225 problema, né, mas, na contramão disse, aumentam-se as construções, o adensamento da  
226 cidade, mais carros nas vias... [Sinalização de tempo esgotado]. E isso vai na contramão  
227 ao que está se pretendendo, que é zerar a emissão. **Germano Bremm, Secretário**  
228 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro,  
229 eu vou lhe liberar o peço, pode ser? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão**  
230 **de Planejamento Um – RGP. 1:** Tá, e eu continuo. Obrigado, Secretário. Então, assim,  
231 nós temos claro que, infelizmente, até 2050 talvez eu não esteja vivo, né, não terei 90 e



232 poucos anos, né. Mas é lamentável a visão de cidade só para negócios, né, e não se  
233 combate a desigualdade, que é uma forma também de melhorar o ambiente da cidade,  
234 combater a desigualdade, melhorar a vida das pessoas e não só grandes negócios,  
235 grandes empreendimentos, como se isso fosse salvar a Cidade. Durante a pandemia Porto  
236 Alegre se manteve com alto índice de receita, independente dos empreendimentos, né. A  
237 partir da sua já estrutura montada econômica da cidade, aumentou a receita do Município  
238 de 8 bilhões, 8 bilhões, para 10 milhões, isso demonstrando a capacidade que a cidade  
239 tem de se manter e de gerar recursos, né. Então, é importante que a gente veja isso  
240 também. Eu também queria pedir a este Conselho que fizesse um minuto de silêncio em  
241 homenagem a esses dois guerreiros que padeceram, que morreram na mão de criminosos  
242 pela omissão do Estado, do Estado genocida, em prol das 670 mil pessoas que faleceram  
243 em virtude da Covid, que agora volta em escala muito preocupante, né. Graças a Deus  
244 que temos a vacina. E queria fazer um elogio ao Hospital da Restinga pelo atendimento às  
245 pessoas, e eu fiz a cirurgia no sábado, da catarata, estou me recuperando, e aqui eu  
246 quero fazer um agradecimento especial à equipe do Hospital da Restinga, do Extremo Sul,  
247 que qualifica e melhora a vida das pessoas. Então, é importante que a gente tenha  
248 servidores, mesmo quando se terceiriza, um serviço de qualidade e que faça, que reverta  
249 em benefício ao cidadão. Parabéns, Michelle e Paulo. Parabéns! Bruno e Dom, presentes!  
250 Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
251 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela manifestação. Fica  
252 consignado aqui o registro pela tragédia ocorrida no país, relatado pelo Conselheiro. E eu  
253 não tenho dúvida de que isso avança os corações, enfim, de todo os conselheiros, de toda  
254 a população de Porto Alegre. E a gente repudia qualquer ato que caminhe nesse sentido.  
255 Na sequência temos a Conselheira Maristela inscrita. Conselheira Maristela, nos ouve?  
256 Não estamos com a Conselheira Maristela. Então, vamos avançar para o Conselheiro  
257 Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**  
258 **Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. Boa noite, Presidente, demais  
259 participantes que nos assistem aí. Eu queria registrar que hoje à tarde tivemos uma  
260 reunião do GT das regiões, onde tivemos uma bela explanação das servidoras Vaneska e  
261 Renata a respeito da revisão do Plano Diretor, como vai ser feito, as etapas, enfim. Os  
262 conselheiros que estiveram presentes manifestaram algumas preocupações com os  
263 mecanismos de participação popular, para poder desmistificar um pouco. Mas preciso  
264 registrar que foi muito boa a apresentação e muito boa a reunião. De momento era só isso  
265 que eu queria falar. Obrigado e uma boa noite! **Germano Bremm, Secretário Municipal**  
266 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro  
267 Jackson, pela manifestação. Na sequência a Conselheira Maristela inscrita. Não  
268 conseguimos contato com a Conselheira Maristela. Conselheira Vaneska, então, a última  
269 inscrita no período de Comunicação. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria**  
270 **de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa tarde.  
271 Boa noite a todos. Acho que o Conselheiro Jackson já adiantou um pouco o assunto. Eu  
272 queria só deixar registrada uma fala sobre os grupos de trabalho. Tem-nos espantado um  
273 pouco a ausência de representação de algumas entidades, que de forma muito recorrente  
274 nas reuniões do Conselho solicitam a participação no debate das políticas urbanas. Então,  
275 a gente está no início desses grupos, é importante a adesão de todos na medida do  
276 possível, né. A gente queria reinteirar também que os conselheiros foram informados  
277 nessas reuniões ordinárias em mais de uma ocasião sobre agenda e que existe esse papel  
278 dos conselheiros de serem essa responsabilidade de indicar, de comunicar aos indicados,  
279 mobilizar para que eles possam participar das agendas. Algumas instituições têm



280 trabalhado colocando representações diferentes nos grupos para poder também ter essa  
281 rede de comunicação interna deles. Talvez possa ser uma estratégia a ser adotada por  
282 algumas entidades que ainda não conseguiram se mobilizar, né, para indicar os  
283 representantes e para poderem estar participando dos grupos. Na próxima semana a  
284 gente vai ter o debate do grupo técnico e na outra o grupo das regiões, porque hoje foi o  
285 grupo das regiões. Também esclarecer que apesar da gente estar dividindo os temas, né,  
286 numa semana a reunião vamos temas mais técnicos, na outra semana mais sobre a  
287 participação, mas que todos estão convidados a participar de ambas as agendas. Por isso  
288 tem sido comunicado também por e-mail. A gente vai alinhar internamente para as  
289 comunicações também fazerem parte do rito das comunicações do CMDUA, que a gente  
290 entendeu, hoje teve uma troca com os conselheiros, como o Conselheiro Jackson  
291 comentou, acho que hoje foi muito bom, porque a gente consegue detalhar um pouco mais,  
292 avançar em alguns temas com uma clareza maior do que está sendo pensado, como que  
293 são esses agentes, né, que estão envolvidos nessa revisão do Plano e como é que vai ser  
294 o andamento dos trabalhos. Mas a gente reforça que igual, esse papel dos conselheiros  
295 com ponto focal para a comunicação com os representantes, é muito importante. Acho que  
296 seria isso. Hoje a gente teve, então, essa reunião com o grupo das regiões, como  
297 comentou o Conselheiro Jackson, acho que está sendo bem proveitoso assim, está sendo  
298 um canal muito bom para a gente poder estreitar, aproximar a nossa relação e também  
299 planejar como é que vai ser a nossa reunião. O Felisberto comentou também, sempre  
300 presente, né, Felisberto, para a gente se comunicar mais, porque a gente vê a ausência de  
301 algumas regiões. De repente alguém pode não estar conseguindo acompanhar. Então, só  
302 reforçar esse convite. A gente está fazendo a gravação das reuniões, a gente também vai  
303 disponibilizar para os ausentes também poderem assistir, se inteirarem do que já foi  
304 debatido e poderem tomar o acompanhamento do processo. Obrigada e boa noite de novo  
305 para vocês. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
306 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Vaneska. A nossa Conselheira aí lembrando e  
307 reforçando o convite. É importante a participação nesse processo de discussão da  
308 estratégia urbanística de crescimento da nossa cidade. Vamos tentar de novo a  
309 Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
310 **Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Boa noite aos conselheiros e  
311 conselheiras. Eu estou me dirigindo para uma reunião agora, até está um pouco escuro  
312 aqui. Bom, primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Paulo Renato, porque em relação à  
313 questão dos dois amigos da Amazônia e nossos que foram assassinados. Eu quero propor  
314 também depois da Comunicação um minuto de silêncio, porque isso não é apenas uma  
315 pauta de democracia, é uma pauta da democracia de todos nós. Então, quero solicitar,  
316 respeitosamente, Secretário, que a gente faça um minuto de silêncio. A outra questão que  
317 eu queria falar é o seguinte, já tivemos a primeira reunião da nossa construção aqui da  
318 RGP 7 com a Patrícia e com uma representação do Partenom, mais uma da Lomba aqui,  
319 sendo uma técnico. Nós também temos a questão do nosso seminário, nós estamos tendo  
320 uma nova proposta para o dia que vai ser e nós contamos com a total parceria, a Patrícia  
321 tem sido superparceira nossa. Quero me desculpar que hoje eu nós pude estar na reunião,  
322 mas esta reunião que estou indo é juntamente para nós tirarmos as representações, que  
323 são mais dois, se eu não me engano, para acompanhar, né. E esta reunião também é uma  
324 reunião interna nossa na construção do seminário. Então, era isso, Secretário. Eu acredito  
325 no seu bom sendo de nós fazermos um minuto de silêncio após. **Germano Bremm,**  
326 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
327 Obrigada, Conselheira Maristela. Sem dúvida, encerrado o nosso período de



328 Comunicação, então, antes de a gente entrar na nossa pauta fazemos um minuto de  
329 silêncio em homenagem às vítimas dessa tragédia e que tem repercutido em todo o país.  
330 Agradeço a presença do Paulo Renato e da Michelle também, que fizeram hoje o uso do  
331 período de Comunicação. E os convido para acompanharem, então, a reunião ali pelo  
332 canal da SMAMUS no Youtube. Então, encerro e um minuto, consignando aí o pedido dos  
333 conselheiros na nossa reunião e voltamos em um minuto para a continuidade dos  
334 trabalhos.

335 *[Um minuto de silêncio em homenagem ao indigenista brasileiro Bruno Pereira e o*  
336 *jornalista britânico Dom Phillips, assassinados durante viagem pelo Vale do Javari, no*  
337 *Amazonas, em 05 de junho de 2022].*

338 Bom, feito o registro da homenagem, avançamos, então, para a nossa Ordem do Dia, a  
339 nossa pauta. Primeiro, temos a votação das atas:

### 340 **3. VOTAÇÃO:**

#### 341 **3.1. ATA: 2936 (31/05) E 2937 (07/06);**

342 Consulto aos conselheiros se temos alguma objeção à aprovação das atas ou algum voto  
343 contrário? Por favor, consigne no chat para que eu possa fazer a leitura. Temos a  
344 abstenção do Conselheiro Felisberto, abstenção da Conselheira Claudete. Mais alguma  
345 abstenção? O Conselheiro Hermes também se abstém. O Conselheiro Adroaldo, o  
346 Conselheiro Rafael. Conselheiro Wagner. Mais alguma abstenção? São 06 abstenções,  
347 nenhum voto contrário. Então, **APROVADAS AS ATAS** com 17 votos favoráveis.

### 348 **4. ORDEM DO DIA.**

349 Avançamos, então, para a nossa Ordem do Dia. Nós estávamos no item... Acho que não  
350 fomos até o final. É o 4.09 da pauta. Tivemos as prorrogações nos anteriores e seguimos,  
351 então, no 4.09:

#### 352 **4.09. EXPEDIENTE: 20.0.000056985-3;**

353 **INTERESSADO: Município de Porto Alegre;**

354 **ASSUNTO: Gravame de Traçado Viário;**

355 **LOCAL: Beco José Imhoff – Estrada São Caetano (RGP 8 – Lami);**

356 **RELATO: SAERGS (Distribuído em 20/05/2022);**

357 **PRAZO PARA PARECER: 31/05/2022;**

358 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

359 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar.**

360 Peço que a nossa Equipe do Planejamento, então, antes de passar para o Conselheiro  
361 Hermes fazer o relato... Peço que a nossa Equipe do Planejamento faça a introdução ao  
362 tema e depois o relato para o Conselheiro Hermes. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**  
363 **Suplente), Secretária de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**  
364 **– SMAMUS:** Então, o processo é o SEI 20.0.000056985-3. Como já foi mencionado, ele é  
365 uma inclusão do traçado e cadastramento do Beco José Imhoff. O endereço é o beco José  
366 Imhoff, entre os bairros Extrema e São Caetano, na Macrozona 8 e o requerente são os  
367 próprios moradores do local. Aqui, então, tem a representação do requerimento, pode ser  
368 consultado no processo. Aqui ampliando um pouco, então, qual é essa área, essa



369 delimitação que está sendo solicitado para o gravame ali, dentro da Região de  
370 Planejamento Oito. Então, é essa extensão aqui que está ampliada nesse desenho mais à  
371 direita e que no desenho da esquerda ali está mais dentro de um contexto, entre os bairros  
372 Extrema e São Caetano, então. Trata-se de uma solicitação de cadastramento do Beco  
373 José Imhoff como logradouro público. Como comprovantes o requerente anexou conta de  
374 luz e Certidão de Registro de Imóveis, com indicação a indicação do Beco José Imhoff.  
375 Pelas imagens de satélite é possível verificar a existência do Beco em 2002, que comprova  
376 a sua existência há mais de 10 anos. Inclusive, é possível identificar sua existência já na  
377 era da Década de 80. Quanto à infraestrutura a gente verifica a existência de rede elétrica.  
378 A rede de água, pelo que consta no Cadastro Municipal, existe apenas na entrada do  
379 beco. O beco está localizado na Macrozona 8, área rarefeita do PDDUA e não possui  
380 gravame viária. Dessa forma foi consultada a Coordenação de Planejamento Urbano  
381 quanto à possibilidade de gravame e cadastramento desse beco. Através do despacho ali,  
382 informada a Unidade de Estudos Urbanos... Se manifestou favorável ao gravame e ao  
383 cadastramento... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
384 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos participação especial hoje. É isso?  
385 **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de Municipal de Meio Ambiente,**  
386 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Total! [Risos]. **Germano Bremm, Secretário**  
387 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Não tem  
388 problema. Vaneska, não tem problema. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente),**  
389 **Secretária de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
390 **SMAMUS:** Só um pouquinho, menos de um minuto. **Germano Bremm, Secretário**  
391 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá, está  
392 tranquilo. Vai lá! Vamos de repente continuar. Eu acho que o Conselheiro Hermes pode  
393 fazer o relato e antes da gente discutir a gente volta para a Conselheira Vaneska. Ah, ela  
394 voltou ali. Consegue aí, Vaneska? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de**  
395 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Então,  
396 voltando, ele está localizado na Macrozona 8, área rarefeita, não possui gravame de área.  
397 Foi consultada a Coordenação de Planejamento Urbano e a Unidade de Estudos Urbanos  
398 dentro da Coordenação de Planejamento Urbano, responsável pelas análises de  
399 estruturação e se manifestação festou favorável ao gravame e ao cadastramento. Então,  
400 sendo assim, considerando que as condições técnicas existem para o cadastramento,  
401 inclusive, com parecer favorável da Coordenação, foi encaminhado para a Procuradoria  
402 para manifestação jurídica, em que viu, considerando todas essas informações que foram  
403 colocadas, que o cadastramento vai possibilitar a regularização desses imóveis que fazem  
404 frente para essa via, que o logradouro existe há mais de 20 anos e que não implica na  
405 alteração da paisagem na região e em toda e qualquer proposta de parcelamento ou  
406 edificação, ela vai ter que atender ao regime urbanístico previsto pelo PDDUA. Foi  
407 manifestado o não óbice pelo cadastramento desse beco. E a partir disso, então, até tem  
408 uma informação também da Equipe de Regularização Fundiária de que o beco existe há  
409 mais de 10 anos e possui infraestrutura de rede de água e energia elétrica. Então, foram  
410 colocadas todas essas informações favoráveis para esse cadastramento, aqui a  
411 manifestação da Equipe de Regularização Fundiária, da Unidade de Estudos Urbanos e  
412 da Equipe de Alinhamento Predial, também colocando as informações. E aqui um resumo  
413 da proposta, que é esse gravame, considerando ali os 9m de largura, uma extensão  
414 aproximada de 670m, finalizado em cul-de-sac e cadastramento com as mesmas  
415 dimensões, porém sem cul-de-sac. E na justificativa, então, que trata da solicitação de



416 requerente para cadastramento do beco como logradouro público, repetindo que existe há  
417 10 anos e que tem o parecer favorável, tanto da SMAMUS, quanto da PGM. Aqui uma  
418 imagem, hoje não existe esse gravame. Então, a proposta coloca ali essa delimitação  
419 desse gravame. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
420 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Vaneska, por nos  
421 elucidar o tema. Então, já de imediato passo a palavra ao Conselheiro Hermes,  
422 Conselheiro Relator para que possa proceder o seu relato. **Hermes de Assis Puricelli**  
423 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa  
424 noite a todos e todas. Secretário, eu acho que sempre as crianças deveriam ter prioridade  
425 nesses casos assim, mas passou, tudo bem. Eu ao vou adiantar o meu parecer é  
426 favorável, mas eu faço algumas observações e já houve uma situação semelhante, em que  
427 um processo semelhante também, porque também esse tipo de gravame pode beneficiar  
428 um parcelamento ilegal, criando um futuro problema para a Prefeitura. Então, eu peço,  
429 faço uma recomendação para que se tenha atenção nisso, nos trâmites que já foram  
430 combinados entre PGM e outros órgãos da Prefeitura. Então, vou passar, imediatamente, a  
431 ler, repetir mais ou menos o que já foi dito: *Trata-se de proposta de Minuta de Resolução*  
432 *de gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro chamado Beco José Imhoff,*  
433 *junto a Est. São Caetano. Este expediente teve início em 1º de julho de 2019, por*  
434 *solicitação da requerente Judite Krischke Sebastyani, residente no imóvel localizado no*  
435 *Beco José Imhoff, número 1.269, o qual dista aproximadamente 381,14m da esquina*  
436 *formada pelo referido Beco e a Estrada São Caetano, entre os bairros Extrema e São*  
437 *Caetano. Segundo as informações constantes no expediente, no Registro de Imóveis da 3ª*  
438 *Zona, “não foi encontrado imóvel exatamente com as características e confrontações do*  
439 *imóvel descrito conforme Plantas e Memorial Descritivo anexados e cujo Responsável*  
440 *Técnico é Valmir Cabral, CREA RS nº 149.772, entretanto tendo em vista o número de*  
441 *lotação, caracterização, quarteirão e orientação apontados, o referido imóvel estaria*  
442 *localizado dentro de área de imóvel constante na matrícula 94.762, cuja certidão de inteiro*  
443 *teor segue anexa...”. Segundo o que consta no PDDUA, a área está situada parte em Área*  
444 *de Proteção do Ambiente Natural- APAN e parte em Área de Ocupação Rarefeita-AOR, na*  
445 *Macrozona 8. Os demais documentos apresentados pela requerente, comprovam a*  
446 *existência do Beco José Imhoff desde a década de 1980, portanto a mais de 40 anos,*  
447 *assim como a existência de rede de distribuição de energia elétrica, conforme cópia de*  
448 *boleto da CEEE, rede de distribuição de águas do DMAE somente no início do Beco. O*  
449 *Beco possui pavimentação em saibro, obviamente sem meio-fio e nenhuma rede de*  
450 *esgoto, atende os parâmetros do PDDUA quanto à declividade longitudinal e transversal, a*  
451 *drenagem é natural, tendo em vista que a área é ocupada predominantemente por campo*  
452 *e mato com apenas algumas habitações unifamiliares com lotes sugerindo pequenos sítios*  
453 *segundo levantamento aerofotogramétrico e consultas ao Google Maps. Conforme*  
454 *disposto no Plano Diretor, o regime urbanístico da Área de Proteção do Ambiente Natural*  
455 *onde os padrões para parcelamento do solo, conforme o Anexo 8.1 do PDDUA, são lotes*  
456 *com área mínima de 20ha e testada mínima de 50m, percebe-se que na tramitação deste*  
457 *expediente não foram considerada estas questões, o que, em princípio induz ao*  
458 *descumprimento do regramento urbanístico no que se refere ao parcelamento do solo.*  
459 *Arquivo: PARECERES.01de2022>070622-PARECER GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO-*  
460 *SEI 20.0.000056985-3.docx 2/3 Entretanto em outro processo de semelhante teor, que*  
461 *tramitou neste Conselho em abril de 2021, cujo número SEI18.0.000055818-0, referente à*  
462 *solicitação de gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro do Beco José*  
463 *Jacques Bittencourt, junto a Av. Edgar Pires de Castro, e com vistas a dirimir dúvidas, o*



464 processo foi encaminhado a PGM para esclarecimentos, considerando que os lotes com  
465 frente para o beco a ser regularizado, não atendiam o disposto no Plano Diretor no que se  
466 referia a padrões de desmembramento. Em resposta, através da Nota Técnica 32/2020, a  
467 Procuradoria Municipal Setorial 06 (SMDE/LICENCIAMENTO) - PGM esclareceu que os  
468 imóveis eram fruto de processo de usucapião urbano em área privada, assim como que o  
469 processo de usucapião pode ser uma forma “oblíqua do proprietário fazer um  
470 parcelamento, intencionalmente ou não, de modo lícito, mas que acaba por ofender as  
471 normas urbanísticas.” Esclarecia ainda que “o fato de se transmitir a titularidade de uma  
472 área a uma determinada pessoa em decorrência da posse, não o exime de atender os  
473 ditames do PDDUA...”, dando continuidade sugeriu que fosse iniciado um debate interno a  
474 respeito deste item, para que sejam evitadas situações futuras como a do presente caso.  
475 No decorrer daquele processo, este assunto foi tratado entre os vários setores envolvidos,  
476 particularmente a PGM, SMDE, DEMHAB e SMAMS, com esclarecimentos e sugestões de  
477 procedimentos administrativos para evitar a ocorrência de situações semelhantes.  
478 Conforme encaminhamento acordado entre PGM, SMDE e os demais órgãos, ficou  
479 definido que os expedientes de usucapião originários do Poder Judiciário, deverão ser  
480 encaminhados também à SMDE, para verificação pela área técnica sobre eventual  
481 gravame no PDDUA, com base nos sistemas e cadastros disponíveis para consulta em  
482 suas unidades de trabalho, no mesmo despacho que encaminha às demais áreas  
483 (UCA/SMAMS, EDI/SMAMS e UGPI/SMPG). E, com base nas informações prestadas, em  
484 havendo eventual interesse urbanístico, o processo deveria ser encaminhado à equipe  
485 responsável para iniciar sua atuação, assim como é feito em alguns casos em que a PARF  
486 tem interesse (área privada que possui projeto de regularização fundiária) ou a PDA (em  
487 que já era encaminhando consulta para verificar eventual dívida de IPTU da área). Feitos  
488 os esclarecimentos necessários, considerando a comprovação de que os imóveis são  
489 existentes a mais de 20 anos e tem parcialmente a infraestrutura urbana necessária para  
490 habitabilidade, a PGM, assim como os demais setores técnicos da PMPA consultados, se  
491 pronunciaram favoravelmente ao andamento daquele expediente nos termos do gravame  
492 da via proposta. No caso relatado, o processo de usucapião tem a função de dar o título de  
493 propriedade àqueles mais necessitados que não possuem outras propriedades e que são  
494 ocupantes daquele espaço abandonados, por um período definido na lei. Entretanto  
495 conforme as informações constantes no Arquivo: PARECERES.01de2022>070622-  
496 PARECER GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO-SEI 20.0.000056985-3.docx 3/3 presente  
497 processo verificamos a possibilidade de burla da legislação no que se refere ao  
498 parcelamento do solo. Não percebo neste expediente a preocupação do Município em  
499 relação a estas questões, nem o cumprimento do acordado entre os vários setores da  
500 Prefeitura ou mesmo identificar a relação da requerente com a área. É herdeira, será um  
501 processo de usucapião, é adquirente, enfim qual sua relação com a área? Estas questões  
502 se tornam relevantes para entender e evitar a burla da legislação urbanística, assim como  
503 o parcelamento do solo ilegal realizado por grandes proprietários de terra. Fica aqui  
504 registrado no presente expediente este ALERTA, apesar das preocupações relatadas no  
505 processo antes mencionado e dos ajustes de tramitação acordados, não se percebe aqui,  
506 nenhuma preocupação e/ou orientação neste sentido. Embora a legislação em vigor  
507 permita o cadastramento do Beco José Imhoff, assim como o gravame do traçado viário,  
508 tais medidas poderão incentivar o uso e ocupação daquela região em desacordo com a  
509 legislação, favorecendo assim o parcelamento do solo de forma ilegal. Conforme o  
510 estabelecido em legislação federal e municipal no que se refere ao parcelamento do solo,  
511 regularização fundiária e demais legislações urbanísticas, cabe ao Poder Público Municipal



512 *promover e fiscalizar o cumprimento dos Planos Diretores, com vistas ao desenvolvimento*  
513 *urbano e ambiental. Assim, com os alertas e recomendações anteriores e considerando os*  
514 *pareceres favoráveis da área técnica desta PMPA, considerando as condições favoráveis*  
515 *ao gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro chamado Beco José Imhoff,*  
516 *junto a Est. São Caetano, somos pela APROVAÇÃO DA PRESENTE PROPOSTA de*  
517 *Resolução, sem prejuízo do processo de fiscalização e atendimento da legislação urbana*  
518 *no que se refere ao parcelamento do solo. Porto Alegre, 07 de junho de 2022. Não sei se*  
519 *deu para entender a preocupação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio***  
520 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem! Obrigado, Conselheiro  
521 Hermes, pelo relato. De imediato, então, consulto aos conselheiros se temos algum pedido  
522 de relato de vista para o presente expediente? Já anexou ao processo o seu relato. Eu  
523 consulto aos conselheiros se temos algum relato de vista, senão a gente encaminha e  
524 abre para a discussão. Consulto se temos conselheiros inscritos para discutir o processo  
525 relatado pelo Conselheiro Hermes. Temos o Conselheiro Felisberto com pedido de  
526 esclarecimento. Mais algum conselheiro gostaria de se inscrever para debater o assunto?  
527 Não havendo mais inscritos, encerro e oportuno a fala ao Conselheiro Felisberto, depois  
528 ao Conselheiro Hermes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
529 **Planejamento Um – RGP. 1:** Surgiram duas dúvidas, tá? A primeira é se nesse  
530 requerimento a pessoa está no beco ou ela se distancia do beco, se ela está distante do  
531 beco. Isso para mim não ficou claro. E a segunda pergunta é se essa pessoa que pede fez  
532 o usucapião dessa área, isso para mim também não ficou claro. São esses dois  
533 esclarecimentos. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
534 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto.  
535 Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**  
536 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Primeiro, assim, a pessoa é moradora do  
537 beco, é uma das últimas casas, a requerente. Quanto ao usucapião, é exatamente isso, é  
538 o que eu coloquei, não está claro, não existe essa informação, se ela é proprietária, se ela  
539 é ocupante, se ela é herdeira ou o que é, se ela está fazendo o processo de usucapião. Eu  
540 entendo que o processo de cadastramento desse beco e de outros, assim como a lei  
541 mesmo prevê e também para não prejudicar as pessoas que moram ali há 20, 40 anos, na  
542 verdade, não tem essa informação se ela mora há 40 anos, que o beco existe há 40 anos.  
543 Mas o processo é possível de fazer o cadastramento, porque essas pessoas, como as  
544 questões da regularização fundiária, as pessoas precisam ter endereço, precisam ter um  
545 endereço legalmente reconhecido pela Prefeitura. Isso é importante. A minha  
546 preocupação, aí que eu quis me fazer entender no parecer, é que não existe no processo  
547 uma preocupação ou uma investigação da área técnica sobre as condições de ocupação  
548 dessa área. E, por outro lado, para complementar, Secretário, se sabe que também o  
549 processo de parcelamento ilegal e que depois traz, inclusive, prejuízos para o poder  
550 público, porque ele termina tendo que arcar com custos depois que a área é ocupada  
551 pelas populações através do parcelamento ilegal, ele começa assim, é uma grande  
552 propriedade, começam a aparecer os becos. Até aí tudo bem, as pessoas precisam morar,  
553 eu não estou criticando, não estou fazendo juízo de valor, mas, às vezes, o proprietário  
554 não é um pobre coitado que não pode fazer um processo de parcelamento conforme a lei.  
555 Ele se aproveita dessa situação, chega um momento que os terrenos estão todos  
556 vendidos, diferente do padrão urbanístico estabelecido pela legislação naquela região, a  
557 área está ocupada e o problema criado. Então, acho que é importante que a Prefeitura  
558 acompanhe isso lá no início. Certo? Não sei se deu para esclarecer. **Germano Bremm,**



559 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
560 Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu acho que foi bem elucidativo, né, Conselheiro  
561 Felisberto? Acho que está bem esclarecido, né? Está bem esclarecido, Conselheiro?  
562 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu  
563 continuo com a dúvida, né, dessa questão de quem está requerendo, se ele tem  
564 legitimidade. Claro que “legitimidade” entre aspas, né, mas a legalidade para requerer  
565 esse cadastramento, né, e se houve uma consulta na região também. Então, apenas  
566 essas. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
567 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que a Conselheira Vaneska pode nos ajudar,  
568 eventualmente. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de**  
569 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu ia só colocar que esse  
570 processo trata... Eu acho que o Conselheiro Hermes trouxe outros processos juntos para o  
571 debate, mas esse específico está tratando desse gravame de traçado viário, né. E até tem  
572 ali uma manifestação que ele não implica nas relações que vão ter que ser cumpridas, né,  
573 as especificações do que está previsto no Plano Diretor a partir do momento que se  
574 proceda algum outro tipo de projeto na área. Hoje, tipo, o que a gente está fazendo ali é o  
575 gravame do traçado viário por esse reconhecimento que já vem de longa data esse  
576 traçado, reconhecer ele e proceder esse gravame. **Germano Bremm, Secretário**  
577 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem!  
578 Obrigado, Conselheira Vaneska, então, pelos esclarecimentos. Avançando, então,  
579 Conselheiros, colocamos em votação. É o Expediente 4.09 da pauta, o Processo  
580 20.0.000056985-3, é o gravame de traçado viário, interessado é o Município de Porto  
581 Alegre na Região de Planejamento Oito. Processo relatado com parecer favorável do  
582 Conselheiro Hermes, representando o SAERGS. Consulto aos conselheiros, início o  
583 período de votação. Temos uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto**  
584 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Seria  
585 importante ouvir o Conselheiro da região, se tem conhecimento, já que é morador, se ele  
586 conhece, senão eu terei que pedir vista. Então, quero poupar uma vista desnecessária, né.  
587 Era isso, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
588 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto.  
589 Eu não sei se o Conselheiro Dinar, naturalmente, é garantida à Região de Planejamento  
590 Oito a oportunidade de se inscrever para falar, se assim entender. Mas não manifestou o  
591 Conselheiro Dinar a inscrição no debate. Então, entendo que, enfim, concorda com a  
592 proposta. Não sei se o Conselheiro Dinar quer esclarecer, fica à vontade. Então, o  
593 Conselheiro Felisberto vai solicitar vista ou colocamos em votação? Vista. Está bem! O  
594 Conselheiro Felisberto, então, solicita vista e vai ter a oportunidade de relatá-la na próxima  
595 reunião. Avançando, então, Conselheiros, para o Item 4.10 da pauta: Eu consulto ao  
596 conselheiro Gomes, então, se está em condição de fazer esse relator, aí eu oportunizo, se  
597 assim entender o Conselheiro, a nossa Arquiteta representante da SMAMUS para fazer a  
598 apresentação. O Conselheiro Gomes não está presente. Ele estava no início da reunião,  
599 deve ter caído. Então, a gente avança aí para a próxima pauta. Vamos ao 4.11:

600 **4.11. EXPEDIENTE: 21.0.000057938-3;**

601 **INTERESSADO: Autotech Centro de Remoção e Depósito;**

602 **ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU;**

603 **LOCAL: Av. Jaime Vignoli, 750 (RGP 2 – Anchieta);**



604 **RELATO: SMOI (Distribuído em 31/05/2022);**

605 **PRAZO PARA PARECER: 07/06/2022;**

606 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

607 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar.**

608 Consulto o Conselheiro representante da Secretaria de Obras, o Conselheiro Glauber se  
609 está em condição de fazer o relato, aí eu oportunizo a Vaneska, nossa Arquiteta Urbanista,  
610 para fazer a apresentação. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria**  
611 **Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Boa noite, Secretário. Boa noite a todos.  
612 Então, na verdade, em função do outro processo que eu estou relatando da pauta 4.04, se  
613 eu não me engano, ter retornado da diligência que eu solicitei, acabei me dedicando à  
614 finalização desse relato. Por fim, não me dediquei à finalização do relato da Autotech,  
615 embora já tenha analisado o processo. Então, eu peço prorrogação do meu relato para a  
616 semana que vem, se possível. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
617 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, Conselheiro! Vamos  
618 voltar ao Conselheiro Gomes, que voltou aqui, acho que tinha caído a conexão e a gente  
619 oportuniza o relato do Conselheiro Gomes, que acho que tem a condição de relatar.  
620 Consulto aos Conselheiros se há objeção à prorrogação solicitada pelo Conselheiro  
621 Glauber? Lembrando que, regimentalmente, temos essa possibilidade. Consulto aos  
622 Conselheiros se temos objeção? Não tendo prorrogamos, então, por uma semana o relato  
623 do Conselheiro Glauber. Passamos, então, ao relato do Expediente 4.10 da pauta:

624 **4.10. EXPEDIENTE: 22.0.000011221-0;**

625 **INTERESSADO: Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre;**

626 **ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU;**

627 **LOCAL: Largo Teodoro Herzl, 1 (RGP 1 – Bom Fim);**

628 **RELATO: RGP 6 (Distribuído em 25/05/2022);**

629 **PRAZO PARA PARECER: 07/06/2022;**

630 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

631 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar.**

632 Antes, Conselheiro, vamos pedir para a Vaneska, nossa arquiteta, para fazer a  
633 apresentação. O senhor está em condição de fazer o relato? **Luiz Antônio Marques**  
634 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, sim, eu  
635 tenho o relato. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
636 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu vou pedir para a Vaneska fazer a apresentação inicial  
637 ali. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**  
638 **RGP. 6:** Enquanto isso eu vou pegando ele aqui para fazer o relato. Presidente, deixa eu  
639 fazer uma observação interessante. A observação que faço é a seguinte, quando tem  
640 esses processos assim, que são mais complexos, como esse, eu estou com o relato pronto  
641 aqui, fiz um estudo. Beleza! Mas eu acho que seria melhor no geral esse tipo de processo,  
642 o relator esperar o relato do órgão e ter mais uma semana para fazer o seu relato, porque  
643 o relato do órgão, o relato da SMAMUS é muito importante para a pessoa compreender,  
644 tirar alguma dúvida e tudo mais, fazer o relato depois. Não vou usar isso agora, até porque  
645 eu já fiz o relato. Mas tem processo, por exemplo, vai entrar o processo do Loteamento



646 Ipanema, que é supercomplexo, o SINDUSCON que vai ser o relator. Imagina, seria muito  
647 bom que primeiro entrasse o processo, relatasse por parte do governo, a gente discutir  
648 alguma coisa ficaria muito mais fácil depois para a compreensão. Obrigado, Presidente.  
649 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
650 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. É uma boa sugestão. A  
651 gente acaba que, às vezes, quando o conselheiro não terminou o relato, avançando para o  
652 próximo da pauta sem fazer a apresentação. Então, eu acho que é positivo que a gente  
653 faça a apresentação, né, no caso, é prorrogável uma semana, prorrogável por mis uma.  
654 Então, de repente nesta primeira semana a equipe do Planejamento faz a apresentação.  
655 Se o conselheiro entender, naturalmente, que tem a condição de fazer o relato, pode fazer,  
656 mas tem essa prerrogativa de pedir a prorrogação por mais uma semana e aí vai ter esse  
657 tempo também da apresentação da Equipe do Planejamento. Vaneska, por favor. **Vaneska**  
658 **Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo**  
659 **e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, é o Expediente Único 002.337044.005. O  
660 endereço é o Largo Teodoro Herzl. O interessado é a Fundação Pró-HPS, do Hospital de  
661 Pronto Socorro de Porto Alegre. Etapa de subviabilidade urbanística e o assunto da  
662 análise é a edificação em terreno localizado em área de interesse cultural, que fica  
663 naquele ponto próximo do Parque Farroupilha. O enquadramento, então, como projeto  
664 especial de 2º grau, de análise obrigatória, conforme o Anexo 11.2 do Plano Diretor. E a  
665 localização na Região de Planejamento Um. Acho que todos ali conseguem se localizar, é  
666 na Osvaldo Aranha, a José Bonifácio e ali, em vermelho, demarcada toda a área que faz  
667 parte desse complexo do Hospital Pronto Socorro. O projeto para construção de prédio de  
668 apoio ao Hospital de Pronto Socorro com 12.116,67m<sup>2</sup>, substituindo a adjacente e  
669 edificações de compatibilização. Por isso a análise dentro desse contexto de área especial  
670 de interesse cultural. É compreendido entre os imóveis de estruturação da Igreja Santa  
671 Terezinha e a Capela do Divino Espírito Santo. A área total do Complexo do HPS será,  
672 então, de 5.749,63m<sup>2</sup> e projeto em uma área construída total de 26.949,15m<sup>2</sup>. Então, aqui  
673 esse prédio de apoio. As solicitações que estão sendo feitas, então, são o aumento de  
674 25% sobre o IA básico do imóvel de estruturação e sem desconto no potencial construtivo.  
675 O aumento da taxa de ocupação de 90 para 95%. O aumento de 9m das alturas máximas  
676 de 18 para 27. A diminuição do afastamento de altura de 4,86 para 3,24m. A isenção do  
677 atendimento de área livre permeável e a isenção ao atendimento mínimo de vagas de  
678 estacionamento aqui hoje, como o que está previsto para aquela área, né, a macrozona de  
679 localização, a Unidade de Estruturação Urbana 28, subunidade 30. As densidades ali de  
680 385 habitantes por hectare, 110 economias por hectare. Considerando que se trata de  
681 uma ampliação do HPS, a atividade cai nessa área de interesse cultural. O índice de  
682 aproveitamento 1,9, podendo chegar a 3 em solo criado. E a volumetria, então, altura  
683 máxima de 18m, base 9 e a taxa de ocupação 90%. O recuo de jardim é isento ali no meio-  
684 fio, na Avenida José Bonifácio. Ao prédio principal do HPS, como imóvel de estruturação,  
685 cabe a adição de 25% do índice de aproveitamento e 9% das alturas máximas de divisa,  
686 conforme o que está previsto no plano. A altura máxima foi compatibilizada em 27m como  
687 lindeiro. Depois tem um 3D aqui que dá para contextualizar um pouco melhor essa relação.  
688 E o afastamento requerido de 3,24, que é 18% dos 18m de altura a partir da base, projeta  
689 a mesma sombra de 27m sem base. Então, não foi visto nenhum óbice, já que seria  
690 equivalente em termos de impacto com relação à insolação, iluminância e ventilação em  
691 relação ao que está previsto no plano. Aqui um corte com as duas igrejas, em vermelho  
692 essa área aqui, a área da proposta. [Inaudível] com altura de 27m, entendemos prevalecer  
693 a razoabilidade e flexibilizando somente [Inaudível] nordeste e não sudeste, em função



694 dos impactos de sombra do lindeiro. Então, foi calibrada a proposta para que ela  
695 atendesse essa questão de desemprego. Quanto à análise de interferências aos  
696 campanários dos dois imóveis de estruturação, porque os dois são igrejas, são imóveis  
697 religiosos, não vemos prejuízo, dada a compatibilização de altura e afastamento. Então,  
698 mesmo garantido os eixos que hoje esses prédios e funcionam como marcos no local. A  
699 isenção de vagas se deu sob a ótica da operação do hospital de urgência e não de  
700 permanência, ainda que as 50 vagas privativas projetadas liberarão as hoje usadas em  
701 áreas para os funcionários. O acesso de veículos na área de interesse cultural, junto ao  
702 Espírito Santo, deverá priorizar o pedestre, a sua ambiência, mantendo o passeio no nível  
703 e o afastamento construtivo ao imóvel inventariado para a contemplação. Então, se buscou  
704 garantir essa relação com os imóveis de interesse. Aqui os pareceres das demais  
705 secretarias, aquele era focado nessa dimensão urbanística. O DMAE coloca que o  
706 abastecimento de água será feito pelo subsistema do reservatório Mostardeiro e palmeira,  
707 do Sistema Moinhos de Vento, em caso de necessária adequação de ligação entre o  
708 sanitário, o projeto deverá ser apresentado ao DMAE para aprovação. Com relação ao  
709 esgotamento sanitário está inserido na sub-bacia D2, da bacia do Arroio Dilúvio, com  
710 coleta pelo Sistema Ponta da cadeia, tratamento da Estação de Tratamento Esgoto  
711 Serraria, conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico de Porto Alegre. Os efluentes  
712 do edifício poderão ser ligados na rede de esgotamento sanitário existente no leito da rua,  
713 em frente aos referidos endereços. Com relação à drenagem, está enquadrado em lei, pela  
714 isenção de obrigatoriedade do atendimento do Decreto nº 18.611/2014, caso seja  
715 detectada a necessidade de extensão ou ampliação da rede pluvial para deságue do  
716 empreendimento, deverá elaborar o projeto e submetê-lo à aprovação do DMAE. Voltando,  
717 reinterando o que é essa etapa de diretrizes, por isso ficam vinculadas a essas outras  
718 relações para etapas posteriores. A Secretaria Municipal de Cultura orientou o RT, o  
719 Responsável Técnico pelo projeto em dezembro de 2021 e estando de acordo com a  
720 volumetria proposta, que compatibiliza as edificações do entorno, as torres das igrejas e a  
721 volumetria da base da Igreja Santa Terezinha, das torres tem aquela base, então, da  
722 compatibilização. A área ambiental da SMAMUS coloca que por se tratar de atividade  
723 passível de licenciamento ambiental deverá requerer a licença de instalação para a  
724 atividade através do portal de licenciamento, conforme o enquadramento. A Secretaria da  
725 fazenda não coloca nenhuma diretriz específica, em função da matéria discutida. E a  
726 secretaria de mobilidade, junto à EPTC, informa que a região possui atendimento para  
727 demanda de vagas por garagens privadas e também de 534 vagas num raio de 500m pelo  
728 sistema de Área Azul. Também possui excelente atendimento de transporte coletivo, como  
729 é sabido ali, todas as redes que passam pela região, especialmente na Av. Protásio Alves  
730 e Osvaldo Aranha, assim as vagas entende-se que podem ser flexibilizadas, porque o  
731 objetivo é atender exclusivamente os servidores. A etapa de licenciamento do projeto  
732 arquitetônico coloca em que devem se compatibilizados os novos acessos propostos pela  
733 Av. José Bonifácio com a travessia de pedestres semaforizada existente, bem como  
734 adequações de acessibilidade necessárias, conforme a NBR 9050. Também apresentaram  
735 localização dos paraciclos em área interna, em atendimento ao PDCI, ao Plano Diretor  
736 Cicloviário. E as demais secretarias não emitiram diretrizes, tendo em vista que o HPS é  
737 equipamento público e comunitário de saúde do Município. A Diretoria de Planejamento  
738 Urbano coloca, além da análise urbanística exposta na apresentação, solicitou condições  
739 na prancha como a localização de bicicletário. Ainda teve alguns ajustes que não estão  
740 sendo demonstrados aqui, mas aqui como um resumo do que foi apresentado seriam  
741 esses os principais tópicos. Entendo que também o Conselheiro vai poder detalhar um



742 pouco mais, mas só para dar uma visão geral do que é o projeto que está sendo debatido  
743 nesse caso. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
744 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Vaneska, por nos  
745 relatar o tema. Passamos, então, ao relato do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques**  
746 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite,  
747 Presidente. Boa noite, Conselheiros. Eu perdi um pouco da conversa inicial, não sei se eu  
748 não vou ser repetitivo desse comentário, mas essa é uma demanda extremamente,  
749 digamos assim, de alta expectativa pelo sistema de saúde de Porto Alegre, em especial,  
750 da Grande Porto Alegre como tal, porque são áreas que após anos e anos foram  
751 desapropriadas pelo Município de Porto Alegre para aumentar a capacidade de  
752 atendimento e de operação do Pronto Socorro. Então, se contratou um projeto e tal, e  
753 estamos aí fazendo as devidas liberações e análises. Então: *SEI 22.0.000011221-0*  
754 *Interessado: FUNDAÇÃO PRÓ HPS – Prefeitura Munic. Porto Alegre EVU de*  
755 *Empreendimento de Edificação em terreno localizado Lg. Teodoro Herzl 1 - Av. José*  
756 *Bonifácio, 705,709.719,725 e 731 em Área de Interesse Cultural, com Solicitação de*  
757 *Flexibilização de Padrões, segundo as alíneas A e C do Inciso II do Artigo 61 do PDDUA*  
758 *(LC 434/99 modificada pela LC 646/10), de análise obrigatória como listado no Anexo 11.2*  
759 *folha 3 para Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º Grau. Existe também no processo*  
760 *alguma observação de tratar também de projeto de 1º grau. RELATO: Trata-se de EVU*  
761 *para viabilizar a ampliação do Hospital Pronto Socorro a partir da aquisição de Imóveis, por*  
762 *desapropriação promovido pela Prefeitura Municipal, situados na Av. José Bonifácio. O*  
763 *Requerente solicita os benefícios previstos para Áreas Especiais de Interesse Cultural com*  
764 *a flexibilização dos seguintes parâmetros Urbanísticos: 1. Aumento de 25% sobre o Índice*  
765 *de Aproveitamento básico de imóvel inventariado de Estruturação e sem desconto no*  
766 *potencial construtivo total; 2. Aumento da Taxa de Ocupação de 90 para 95%; 3. Aumento*  
767 *em 9 m às Alturas Máxima e de Divisa, de 18 para 27 m; 4. Diminuição do afastamento de*  
768 *altura de 4,86 para 3,24 m; 5. Isenção ao atendimento de Área Livre Permeável; 6. Isenção*  
769 *ao atendimento mínimo de vagas de estacionamento para veículos. Regime urbanístico já*  
770 *foi colocado, a edificação está inserida na Área de Ocupação Intensiva MZ 01 UEU 28,*  
771 *Subunidade 30, no bairro Farroupilha, com o seguinte Regime Urbanístico: O Objetivo da*  
772 *Solicitação das flexibilizações são no sentido de permitir um aumento da área prevista no*  
773 *PDDUA para que viabilize a otimização das funções necessárias ao complexo hospitalar e*  
774 *pela análise detalhada do EVU, das diversas divisões envolvidas, foram favoráveis, o que*  
775 *deverá ter as definições específicas e finais dentro destes parâmetros, por ocasião da*  
776 *aprovação e licenciamento do projeto propriamente dito. PARECER: Primeiramente*  
777 *reconhecer o excelente trabalho do Arquiteto requerente Rogério Dal Molin, que de*  
778 *maneira muito clara, embasado na Legislação Edilícia do Município encaminhou sua*  
779 *demandas e muito bem ilustrada, permitindo com facilidade a compreensão por qualquer um*  
780 *que se dedicar a leitura do processo. Face as análises e pareceres dos técnicos das*  
781 *Secretarias envolvidas, sem óbice, com uma precisão cirúrgica sobre cada aspecto*  
782 *envolvido, sendo favorável a demanda, acompanho a recomendação da CAUGE conforme*  
783 *o parecer 043/2022. Esse é o relato. Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio*  
784 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Gomes,  
785 pelo relato objetivo, célebre. Consulto aos Conselheiros se temos algum pedido de vista  
786 ao processo ou se colocamos em discussão? Temos o Conselheiro Mark, Conselheiro  
787 Felisberto e o Conselheiro Hermes, Conselheiro Jackson também, Conselheira Claudete  
788 também. Conselheiro Rafael Passos. Sim, podemos oportunizar para discussão. Temos  
789 algum inscrito para discutir? O Conselheiro Felisberto inscrito. Mais algum Conselheiro



790 gostaria de discutir? Por favor, faça a inscrição que eu oportunizo aqui a fala. Conselheiro  
791 Felisberto, então. Conselheiro Hermes também inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**  
792 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** São algumas dúvidas que ficaram,  
793 por isso que eu pedi vista, mas tentarei esclarecer agora. Quanto ao mérito da ampliação  
794 do HPS, nenhuma ressalva, né. O que me causa estranheza é que nós temos duas igrejas  
795 que são importantes para a comunidade ali do entorno do HPS, né. Tanto a Santa  
796 Terezinha, como a outra que dá frente para a Osvaldo Aranha, né. Então, são duas igrejas  
797 com uma importância para a região. E a outra questão é de alguns prédios que estão ao  
798 longo da José Bonifácio que estariam listados, né. Então, a minha pergunta, se além da  
799 Secretaria houve uma consulta ao EPAHC. São prédios que mantêm uma característica do  
800 bairro e sempre isso me preocupa, né, porque é a memória, a história do bairro, da  
801 constituição do bairro, do Bom Fim. Então, é uma preocupação com a memória, né. Então,  
802 é essa a pergunta. Com relação às igrejas, qual o impacto? Parece que isso foi detalhado,  
803 mas ficaram algumas dúvidas, talvez o Gomes possa esclarecer ou a Vaneska. E também  
804 a questão do patrimônio listado, se houve uma observação do EPAHC ou não. E também  
805 estranha a região, a RGP 1, não ser ouvida sobre esse projeto. Então, mais uma vez  
806 ratifico o pedido de vista. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
807 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto.  
808 Já passo a palavra ao Conselheiro Hermes. Tentando contribuir, já esclarecendo que a  
809 Equipe de Patrimônio Histórico tem assento dentro da comissão, da CAUGE. Então,  
810 sempre essas análises com relação à compatibilização, enfim, são feitas ainda na etapa  
811 de viabilidade urbanística e aplicados todos os comando legais, especialmente, com  
812 relação a tombamento, a metragem em função das igrejas, que são, naturalmente,  
813 avaliadas e devem ser respeitadas nos projetos, consultados todos os órgãos que têm  
814 responsabilidade sobre isso. Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
815 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria dizer,  
816 até para justificar, porque esses processos que são conclamados, que são de aclamação  
817 popular assim, ninguém vai ser contra uma ampliação do nosso Pronto Socorro, né. Eu  
818 acho que todo mundo aqui, tenho certeza, todo mundo tem a consciência da importância,  
819 da necessidade do Pronto Socorro. Mas é exatamente nessas situações que, às vezes, por  
820 distração ou por, sei lá, talvez pelo tempo ou pouco tempo de se desenvolver processos  
821 desse tipo, projetos desse tipo, passam situações que podem ser melhoradas, podem ser  
822 corrigidas ou até podem ser anuladas, né. Justificando, vou dar um exemplo de uma  
823 situação que aconteceu comigo, que foi semelhante, não a mesma importância do Pronto  
824 Socorro, mas uma vez protocolaram, o dono do antigo Cine Guion, o investidor do Cine  
825 Guion protocolou o processo. Ele ganhou um terreno na Avenida Auxiliadora, para quem  
826 conhece é uma ruazinha estreita lá, próximo a Vinte Quatro lá com a Plínio. E apresentou  
827 o projeto de um cinema, que não tinha as mínimas condições, não tinha nada de condições  
828 para fazer um cinema. Ele brigou, foi no Prefeito, foi o Governador, foi um absurdo um  
829 cinema daquela qualidade não ia ser feito em Porto Alegre. Passado um tempo ele até  
830 hoje agradece ter sido indeferido, que seria o maior erro ele investir em um cinema  
831 naquela região. Depois ele conseguiu fazer o seu cinema no espaço do Guion, ali na  
832 Olaria. Parece uma situação parecida, tem momentos que tem que se tomar uma decisão  
833 na cidade. Eu não sei, sinceramente, apesar de tudo que eu falei, eu não sei se é o melhor  
834 lugar. Eu sei que o Pronto Socorro há muito tempo já desapropriou e vem estudando  
835 ampliar naquela área, mas se fala muito em transferir o Pronto Socorro, ele não tem uma  
836 boa localização. Ao contrário do que foi dito, a localização, a acessibilidade é péssima,  
837 dita pelo próprio pessoal do Pronto Socorro. E não pretendo eu aqui ser o Conselheiro que



838 vai inviabilizar isso, mas eu acho que merece uma atenção especial. Obrigado. **Germano**  
839 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
840 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Conselheiro Rafael Passos. **Rafael Pavan dos**  
841 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, eu quero  
842 corroborar muito com o que colocou o Hermes. Eu acho que poderia haver um debate mais  
843 amplo sobre o equipamento. Eu vou pegar aqui, para dar um exemplo, é em relação ao  
844 Hospital de Clínicas. Eu acho que quando houve assim... Quer dizer, não houve um  
845 debate, né. Eu acho que um debate que poderia ter sido travado do ponto de vista  
846 estratégico da cidade, ao invés de ampliar um hospital... Eu moro aqui, há duas quadras  
847 de cada um desses equipamentos. E aí eu vou fazer algumas observações nesse sentido.  
848 É que em vez de ampliar um único equipamento por que não descentralizá-lo, por  
849 exemplo? Por que ter aqui um único Hospital de Pronto Socorro e não pensar em uma  
850 descentralização, em outro Hospital de Pronto Socorro que possa atender outra parte da  
851 cidade, etc. e etc.? Então, parece que falta um pouco essa visão estratégia mesmo, mas é  
852 uma decisão que está tomada e eu acho que a gente tem que avaliar esse projeto. Eu  
853 tenho, antes que eu me esqueça, uma pergunta ao Conselheiro Relator, se ele puder, ou  
854 alguma outra colega que esteja a par do projeto, é compreender quais são as  
855 contrapartidas ou de que forma que a lei do inventário, aliás, uma péssima lei, traz esses  
856 benefícios e qual é a contrapartida para esse benefício, já que ele ganha um acréscimo de  
857 área e etc. Essa é uma questão que para mim parece relevante. a questão de volumetria,  
858 eu não me oponho de modo algum, eu acho que tem essa relação, tem ali os dois edifícios  
859 que já configuram, delimitam essa volumetria. Ela está ali dentro inserida nessa mesma  
860 volumetria, não vejo problema algum. Espero que o projeto possa avançar do ponto de  
861 vista funcional e de outros aspectos que eu pude dar uma olhada rápida, mas, sobretudo  
862 estético. Eu acho que ele pode avançar na parte de projeto arquitetônico, já que é EVU, a  
863 gente está olhando mais a volumetria, etc. Algum ponto também, eu senti falta, não sei se  
864 pode ser viável uma relação direta de cada andar com o atual hospital. Mas o que eu ia  
865 comentar, dizendo até como morador aqui, eu entendo e talvez ali não seja o local para  
866 resolver isso, mas tanto o Hospital de Clínicas, quanto o Pronto Socorro, mas,  
867 principalmente o Clínicas, né, ele gera muito tráfego. Aqui, aliás, não só tráfego, a questão  
868 de estacionamento, todo o estacionamento aqui, 60 a 70% dos estacionamentos aqui na  
869 volta são durante o dia os automóveis que vêm trazer do interior os usuários,  
870 principalmente do Clínicas, o Pronto Socorro um pouco menos, claro. Então, talvez esse  
871 aspecto não vai se resolver nesses 4, 5 terreninhos que estão sendo utilizados.  
872 Lamentar... Claro, pelo menos um bom exemplar ali de um [Inaudível/baixo], que eu acho  
873 bem interessante. Mas, fundamentalmente, a minha manifestação vinha no sentido de  
874 compreender como é que a lei de inventário está trazendo esse benefício e quais são as  
875 contrapartidas desse benefício ao patrimônio. É óbvio que para a saúde não tem que  
876 discutir, a discussão de saúde eu manifestei mais como uma estratégia mesmo de cidade,  
877 não de projeto. Mas a questão do patrimônio a quem vai beneficiar, de que forma esse  
878 empreendimento vai beneficiar os estruturantes, os imóveis de estruturação? É isso.  
879 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
880 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro, Rafael Passos!  
881 Vaneska, não sei se queria se inscrever para de repente para fazer alguma  
882 complementação? Senão, como tem aí o relato das... **Vaneska Paiva Henrique (1ª**  
883 **Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**  
884 **– SMAMUS:** Eu acho que é bom só colocar, eu acho que tem várias questões aí a serem



885 debatidas, né, acho que a qualificação do equipamento não exige a descentralização e  
886 investimento em uma rede de equipamentos. Acho que uma coisa não é contrária à outra.  
887 Ali cabe bem essa... É só eu começar a falar que ela quer se manifestar. Eu acho que  
888 queria destacar também só... Eu acho importante só a gente se mobilizar, pessoal, e fazer  
889 uma fala assim, só pela questão do uso do equipamento, a importância para a população  
890 para que a gente também pudesse ter isso em mente, quando a gente debate... [Inaudível].  
891 Eu acho que o restante a gente vai ter que debater... **Germano Bremm, Secretário**  
892 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tranquilo,  
893 Vaneska! A gente tem aí o relato de vista, na próxima reunião a gente pode continuar  
894 debatendo. Só retomando, temos o Conselheiro Gomes, como Relator, sempre inscrito.  
895 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**  
896 **RGP. 6:** Boa noite, novamente. Eu acho que tem uma questão importante que o Rafael  
897 coloca assim, de maneira... Chegou a tocar nisso. É superimportante e como é que a gente  
898 trabalha isso, a Vaneska também se manifestou sobre. Evidente, o ideal jamais seria  
899 fazer... O ideal seria termos um lugar com um novo centro de atendimento de emergência  
900 em Porto Alegre. Isso é óbvio, mas essas coisas ficam tão distantes às vezes que a gente  
901 acaba fazendo, é uma acomodação da função para aumentar a capacidade de  
902 atendimento. Não é o ideal, não é mesmo! Nós já tivemos problemas ali, até naquela  
903 região, estava na Prefeitura na época, havia restrições para deixar baixar um helicóptero  
904 ali naquelas quadras esportivas, porque os órgãos ambientais tinham seus senões e etc.  
905 Claro, é um lugar superdensificado, uma série de coisas assim, mas o que a gente  
906 aprende de tudo isso, que o ideal é muito difícil e esperando vão esperar anos e anos. Eu  
907 estive na Prefeitura na década de 90 e poucos, faz bastante tempo, de 94 até 99, e essa  
908 pauta era presente lá. Inclusive, eu estava na SMOV, a gente tinha cedido funcionários  
909 para o HPS para trabalhar uma série de questões de manutenção e etc., E já era presente  
910 a necessidade de aumentar a capacidade de atendimento do HPS. E de lá, dede aquele  
911 momento, e essa discussão não começou naquela época lá, já vinha de outros momentos,  
912 né. Não tem nenhuma novidade, de – Ah, desapropriaram tal lugar para nós fazermos um  
913 grande centro de saúde e etc. Lembrando sempre que o HPS é uma referência. O  
914 Felisberto gosta muito de falar das questões assim, que tem lugares na cidade que são  
915 referência, um deles, né, Felisberto, dos mais importantes que temos na Cidade é o HPS.  
916 Eu acho que foi o Moacyr Scliar que um dia disse em uma entrevista, em entrevista  
917 confessou, disse: Se um dia eu me machucar, alguma coisa, me levem para o HPS. E ele  
918 se acidentou uma vez, em uma ocasião, levavam ele para o HPS, pela eficiência, pelo  
919 grande e importante local para o Pronto Socorro do porto-alegrense e de quem mora na  
920 Grande Porto Alegre, que também é atendido ali, que é esse lugar. Então, assim, não tem  
921 ideal de espaço, e não tem mesmo, Rafael, é uma coisa muito consciente, a dificuldade.  
922 Um dos itens que se pede é a liberação de estacionamento. Aí se conseguiu com essa lei  
923 agora de 2019/2020, que é recente, que libera os estacionamentos em Porto Alegre.  
924 Então, não chegou a ser excepcionalizada, quando se pediu era excepcionalizado, hoje  
925 não é mais, porque tem uma lei que contempla, tal e tal. Aí em um processo lá vai ter  
926 algumas observações, vocês vão ler o processo, vai ter observações do tipo, que os  
927 funcionários usam o estacionamento não sei do quê. Contemporiza sim, mas não resolve.  
928 Isso é um lugar crítico, mas absolutamente necessário. Então, se faz esse ajuste todo para  
929 tentar, se esforça bastante até a situação para fazer o que a população precisa, que Porto  
930 Alegre necessita mesmo, que é a ampliação do Pronto Socorro, né. E bem abençoado, né,  
931 Felisberto, afinal está bem no meio de duas igrejas, não bastasse uma, né? Então, vai  
932 estar tudo em paz, graças a Deus! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**



933 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes.  
934 Então, a gente avança para a continuidade do presente processo na próxima reunião,  
935 considerando os relatos de visita solicitados pelo Conselheiro Mark, Conselheiro  
936 Felisberto, Conselheiro Hermes, Conselheiro Jackson, Conselheira Claudete e  
937 Conselheiro Rafael Passos. Passamos, então, ao Item 4.12, porque o 4.11 foi solicitada a  
938 prorrogação de prazo. O 4.12 é o para:

939 **4.12. EXPEDIENTE: 20.0.000084322-0;**

940 **INTERESSADO: Município de Porto Alegre;**

941 **ASSUNTO: Alteração de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro;**

942 **LOCAL:** entre as ruas Ouro Preto e Monte Alegre, Bairro Jardim Floresta (**RGP 2 – Jardim**  
943 **Floresta**);

944 **RELATO: SENGE (Distribuído em 02/06/2022);**

945 **PRAZO PARA PARECER: 14/06/2022;**

946 **APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

947 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar.**

948 Eu consulto ao Conselheiro Fernando se tem condição hoje de fazer o relato e aí a gente  
949 pode passar para a Equipe do Planejamento. Ou o senhor solicita prorrogação? **Fernando**  
950 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**  
951 **SENGE/RS:** Secretário, eu solicito a prorrogação dada vista do horário. Tem 10, 15  
952 minutos para terminar, então, acho que é melhor fazer a apresentação através da  
953 Secretaria, Plano Diretor Equipe de Planejamento, posterior o meu relato. **Germano**  
954 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
955 **SMAMUS:** Perfeito, Conselheiro! Conselheira Vaneska, consegue fazer a apresentação?  
956 Tudo certo por aí? [Risos]. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de**  
957 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, tudo  
958 certo! [Risos]. Compartilhando. Estava só localizando o processo. Então, é o SEI  
959 20.0.000084322-0, é uma alteração de traçado viário e cadastramento de logradouro. O  
960 endereço é a passagem de pedestres Ouro Preto, Monte Alegre, entre a Rua Ouro Preto e  
961 a Rua Monte Alegre, Bairro Jardim Floresta, Macrozona 3. O requerente é a Equipe de  
962 Geoprocessamento da Secretaria Municipal da Fazenda. Então, aqui estão as imagens do  
963 requerimento, que demonstram a consulta da localização e também formato de cadastro.  
964 Aqui, para entender, é uma localização na Região de Planejamento Dois. Aqui o mapa  
965 ampliando onde estaria essa via, que é esse trecho aqui, que eu acredito que vocês  
966 conseguem ver o meu cursor. E essa é uma planta ampliada de qual seria essa extensão a  
967 ser cadastrada. O bairro, então, é o jardim Floresta. Aqui estão colocados os pareceres  
968 técnicos. Então, a Equipe de Geoprocessamento da Secretaria da Fazenda encaminhou  
969 para a Equipe de Parcelamento de Solo, tendo em vista o atendimento que trata de  
970 fracionamento de nova localização, que aí repete a localização que eu citei antes.  
971 Verificamos que não consta cadastrada como logradouro público a passagem Ouro Preto,  
972 Monte Alegre. Considerando a situação observada no local via pavimentada, rede de  
973 energia, água e iluminação. Questionamos sobre a possibilidade de efetivar o  
974 cadastramento da via em questão. Essa é da SMAMUS, encaminhou a EGI da SMAMUS,  
975 tendo em vista a existência de gravame de área verde vinculada à área informada,



976 conforme consulta à SMAMUS. Solicita, então, a manifestação do órgão sobre a  
977 permanência do mesmo no mapa do Plano Diretor. A presente consulta se faz necessária  
978 para dar andamento na solicitação de cadastramento da via, que consta no despacho da  
979 EGEO/SMF. Assim como nos demais encaminhamentos, vocês vão visualizar o mapa do  
980 Plano Diretor através de minuta de resolução com vista ao CMDUA. Este processo, então,  
981 correndo aqui no Conselho. E daí eles encaminharam também a pesquisa de origem, a  
982 carta de alinhamento e relatório do sistema de informações de avaliação [Inaudível]. Foi  
983 encaminhado, então, à Unidade de Estudos Urbanos para providenciar a elaboração da  
984 minuta de resolução, como são as demais que são encaminhadas no Conselho para o  
985 desgravame parcial e ajuste dos limites do gravame de área verde... **Germano Bremm,**  
986 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
987 Não tem problema, a gente continua na próxima, Vaneska. Não tem problema! Na próxima  
988 reunião, como também já avançamos aqui na hora, aí a gente dá continuidade na próxima  
989 reunião. Sem problema! Tá bem? **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária de**  
990 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada  
991 pela compreensão aí dos conselheiros. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
992 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Imagina! Tudo certo! A gente  
993 supercompreende, né. Quem nada fazer Conselho 8 horas da noite, entrar na família.  
994 Conselheiro Hermes, tem uma Questão de Ordem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
995 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, a  
996 minha Questão de Ordem era exatamente isso. Nós estamos torturando uma criança. Eu  
997 acho que não tem porque continuar, mas o senhor já teve essa sensibilidade e obrigado!  
998 Acho que tinha que parar esta reunião. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
999 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Conselheiro  
1000 Hermes. Então, a gente dá continuidade na próxima terça-feira, com nossos processos  
1001 pautados. Agradeço aí companhia de todos neste importante debate que tivemos dos  
1002 projetos da cidade. Boa noite! Tchou, tchau!

1003 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal*  
1004 *de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada*  
1005 *a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM,*  
1006 *prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*

Ata aprovada na sessão CMDUA de 05/07/2022, por maioria.

Link YouTube da sessão: [https://youtu.be/XXc\\_GaISXYY](https://youtu.be/XXc_GaISXYY)

**Favoráveis:** DEMHAB, EPTC, METROPLAN, SMAMUS, SMOI, SMGOV,  
UFRGS, ABES, AREA, CAU-RS, SENGE, SINDUSCON, SOCECON, RGP2,  
RGP3, RGP6, RGP8;

**Abstenções:** ACESSO, IAB-RS, SAERGS, RGP1, RGP4, RGP5

**Contrários:** -